

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



“ORGANIZAR OS PEQUENINHO PARA DERRUBAR OS GRANDÃO!”: rabiscos sobre crianças, adolescentes e a luta de classes no Brasil

Camila Gibin Melo¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca do papel das crianças e dos adolescentes na luta de classes no Brasil, em especial no marco da chamada *legalização da infância*, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para nosso estudo, nos debruçamos na crítica marxista do direito, a partir de Edelman. Identificamos que o reconhecimento da criança e dos adolescentes no campo do direito correspondeu ao período da consolidação do capitalismo no Brasil em sua generalidade e reestruturação produtiva para o ascenso do processo de acumulação. Este marco impulsionou uma “nova forma” de se fazer política, a partir do discurso do “protagonismo infanto juvenil”, capturando as lutas de classes produzidas pelas crianças e pelos adolescentes para a institucionalidade, a qual ganha espaço para a construção de uma política do consenso, enquanto que as ações populares como as Ocupações das escolas e os Rolezinhos, são criminalizados.

Palavras-chave: Luta de classes; Estatuto da Criança e do Adolescente; capitalismo; legalização da infância.

ABSTRACT

This article aims to present reflections on the role of children and adolescents in the class struggle in Brazil, especially within the framework of the so-called legalization of childhood, with the enactment of the Statute of Children and Adolescents (ECA). For our study, we focused on the Marxist critique of law, from Edelman. We identified that the recognition of children and adolescents in the field of law corresponded to the period of consolidation of capitalism in Brazil in general and productive restructuring for the rise of the accumulation process. This milestone boosted a “new way” of doing politics, based on the discourse of “children and youth protagonism”, capturing the class struggles produced by children and adolescents for institutionality, which gained space for the construction of a policy of consensus, while popular actions such as the School Occupations and the Rolezinhos are criminalized.

Keywords: Class struggle; Child and Adolescent Statute; capitalism; childhood legalization.

¹ Doutora do Programa de estudos pós graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; cagibin@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

*Corre pra lá. Corre pra cá.
O menino pula do morro de terra
Quase se espatifa todinho.
Aú, meia lua: Avua Besouro!
6 anos de terra no pé e de luta no peito. Puxa todo o ar, e solta:
– Ôôô vó! Aqui nos Queixadas, eu sou feliz!*

*dezembro, 2020.
Primavera (quase verão), na Ocupação dos Queixadas
Movimento Luta Popular Cajamar- SP*

Peço licença aos meus camaradas do movimento Luta Popular para usar a poética “organizar os pequeninho para derrubar os grandão”. Misturada com uma outra bandeira de luta declamada nas ruas “organizar os debaixo para derrubar os decima”, o movimento demarca a importância em reconhecer o papel das crianças e dos adolescentes em toda a dinâmica da luta de classes. É certo que os movimentos sociais e intelectuais comprometidos em defesa da infância e da juventude organizaram-se em torno da legitimação do chamado “protagonismo juvenil”, reconhecendo a importância a escuta e ao estímulo a participação política das crianças e dos adolescentes. No entanto, boa parte deste setor caiu no canto da sereia dos organismos internacionais e apostou essa participação fincada na forma jurídica, ou melhor, na *legalização da infância* (MELO, 2022). Foi com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, no contexto da chamada redemocratização do país, que os espaços participativos orientados pela normativa jurídica – Fóruns, Conselhos de Direitos, Conferências - ganharam destaque. E mais: o chamado discurso do protagonismo juvenil ou infanto-juvenil correspondem a necessidades do capitalismo internacional em fazer valer uma adolescência-juventude fincada em uma nova forma de se fazer política pela via dos consensos e da construção de capital social (SOUZA, 2006).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A aparência democratizante destes espaços culminou na investida de apoiá-los como aqueles que proporcionariam marcos significativos para vitórias às demandas das lutas populares, retirando importantes “atores” e “atrizes” da luta de classes das ruas e firmando um novo “palco” dentro dos ditames da formalidade jurídica. Neste emaranhado, a luta de classes realizada no ringue e nas regras do inimigo tem trazido derrotas aos/as trabalhadores/as.

Do avesso, ainda há irreverência e ousadia das crianças, adolescentes e jovens da classe trabalhadora em ocupar as ruas para reivindicar e enfrentar – conscientes ou não – o capital. Foi assim nas Jornadas de junho e nos Rolezinhos de 2013, quando adolescentes disputaram os espaços das cidades-mercados. Também durante as ocupações das escolas, em 2015, para a garantia de uma educação pública de qualidade. Ou nas lutas por moradia e pela terra, consolidando espaços organizativos para as crianças e os adolescentes, como no caso das assembleias infantis promovidas pelos *queixadinhas*, da Ocupação dos Queixadas, organizada pelo movimento Luta Popular, ou dos encontros dos *sem-terrinhas*, promovidos pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

Mas não apenas no Brasil temos exemplos das crianças e dos adolescentes realizando ações para a garantia de suas vidas e/ou anticapitalistas. O levante popular ocorrido no Chile, em 2019, teve como início a luta das estudantes secundaristas. Na Palestina, crianças e jovens participam ativamente dos movimentos pela libertação, sendo alvos permanentes do estado de Israel, que os encarcera e assassinaⁱ. No Irã, milhares de adolescente e jovens ocuparam as ruas para denunciar a prisão e assassinato contra Mahisa Amina, no Teerã. A jovem de 22 anos foi acusada de infringir o código de vestimenta feminino ao deixar uma mecha de seu cabelo aparecer. Ela foi encarcerada e três dias depois faleceu. Uma onda de manifestações surgiu no país, e desde então 46 meninos e 12 meninas menores de 18 anos foram mortos no paísⁱⁱ.

A histórica participação de crianças e adolescentes na luta de classes pode ser reconhecida em diversos locais e em diversas fases do capitalismo também no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Da colônia, com as resistências dos jovens povos originários aos processos etnocidaⁱⁱⁱ e dos povos africanos escravizados no Brasil, com as fugas das senzalas^{iv}, à república, com a participação de crianças e adolescentes nas greves operárias no início do século XX^v, no enfrentamento ao encarceramento e as violências institucionais em abrigos e unidades de privação de liberdade, a partir da década de 1930^{vi}, bem como a organização política contra a ditadura civil-empresarial-militar de 1964. Desenvolvemos reflexões e análises acerca desta temática durante a pesquisa de doutoramento no programa de estudos pós graduados em Serviço Social. Buscamos analisar qual o papel que o capitalismo instituiu às crianças e aos adolescentes nas diversas fases, observando não apenas o lugar das opressões, exploração e violência reservado a elas, mas também as suas formas de resistência. Atentamo-nos as transformações dos processos participativos e de reconhecimento deste segmento com o caldo das lutas legalistas pela promulgação do ECA no Brasil, procurando entender as atualizações necessárias à relação capital/trabalho. Deparamo-nos com a *legalização das lutas populares* e a *legalização da infância*, e desdobramo-nos para evidenciar os impactos disso na luta de classes, desvelando a condição do movimento de defesa das crianças e dos adolescentes e a própria atuação política delas quando absorvido pelos meios legais, a constituição da mediação pelo contrato e os impactos disto para a organização dos trabalhadores.

É justamente um aspecto sobre este estudo que trabalharemos neste artigo, dando centralidade no significado da luta de classes nos marcos da *legalização da infância* com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Afinal, “organizar os pequenininho para derrubar os grandão” é possível quando saímos das experiências de ação nas ruas e adentramos nos marcos da normativa jurídica? Quais os aspectos desta “nova” forma de se fazer política e o impacto desta construção para os estudos sobre a relação entre a luta de classes e as crianças e os adolescentes?

2 A LUTA DE CLASSES NOS MARCOS DA LEGALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com o fim da ditadura civil-empresarial-militar brasileira, movimentos e organizações sociais/populares se rearticularam. Neste interim, novos grupos organizativos surgiram pela ampliação da chamada cidadania, dentre eles o movimento em defesa das crianças e dos adolescentes, o qual entrou em cena, em especial, com a presença do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) junto a intelectuais, representantes de organizações não-governamentais, juristas e outras forças políticas autodeclaradas garantistas, pautando a ampliação de direitos e o reconhecimento do segmento enquanto *cidadãos*.

Neste caldo de mobilizações, o empresariado somou-se com o objetivo de conduzir um programa político vinculado aos interesses dos países do centro do capitalismo, respaldados pelos organismos políticos-financeiras internacionais. Ainda que alguns movimentos populares estivessem bem intencionados em defender a melhoria da condição de vida das crianças e dos adolescentes pertencentes a classe trabalhadora, esse amalgama de boas intenções abraçada com o empresariado culminou na formulação elementar de uma norma jurídica de aparência protetiva com um significante da “inserção” das crianças e adolescentes nos marcos do capitalismo contemporâneo.

Dentre estes setores do empresariado esteve a Fundação Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Fundação Abrinq), a qual contou com seu corpo intelectual na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundada no mesmo ano de promulgação do ECA, a Fundação foi um desdobramento da própria Abrinq, esta originária em 1985. O intuito da Abrinq consistia em reunir e representar os empresariados da produção de brinquedos em tratativas políticas. Diante de sua força econômica, o grupo influenciou a busca por “soluções” aos problemas sociais através da substituição de políticas universalistas do Estado para mercantis filantrópicas focalizadas. Também incidiu na própria criação dos chamados espaços de controle social – Conselhos de Defesa dos Direitos, Conselhos Tutelares – até a elaboração de pesquisas e assessorias de gestão, “desempenhando um papel decisivo na atualização do arsenal burgues para a luta de classes no país ao atuar na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conscientização e mobilização dos empresários de diferentes setores sobre a relevância de um tema indiretamente relacionado às relações de produção”. (Martins, 2007, p. 149). Com a exitosa experiência da Fundação Abrinq, outros grupos de “filantropia empresarial” surgiram e ganharam força, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998, ampliando as pautas de incidência para além da infância e absorvendo novas empresas.

A promulgação do ECA como marco “civilizatório” proporcionou a alteração do conteúdo legislativo e modificou aparentemente o paradigma da criança- objeto para criança-sujeito. Contudo, ao passo que as políticas sociais para o segmento foram emergindo ao mesmo tempo surgiram novos nichos de mercados filantrópicos “protetivos” impulsionados por aparelhos privados de hegemonia, angariando recursos públicos para suas organizações e disputando a luta de classes, com promoção de agendas ideológicas programáticas disseminadas pelas missões institucionais e por seus projetos e atividades protetivas-socioeducativas junto às populações atendidas.

Muitos programas e projetos para atendimento às crianças e aos adolescentes versaram projetos políticos pedagógicos considerando atividades socioeducativas, balizados na educação não-formal, as quais somadas ao caldo da reestruturação produtiva do capital, de maturação do trabalho sem direitos, muitas das práticas desde a tenra idade apontam para a consolidação do pensamento empreendedor. São espaços em que atividades de geração de renda por meio de artes manuais, práticas culinárias, “gestão” de atividades culturais de caráter simplório e nada teórico-técnico alcançam também o discurso do trabalho junto a crianças e aos adolescentes. No caso deste último, adolescentes engajados em atividades culturais como música, grafitti, videomakers (influenciadores) dentre outros, apreendem tais como formas de tornarem empresários de si mesmos.

O lugar das crianças e dos adolescentes pauperizados tem sido delineado pelos grandes empresários, e as políticas sociais municiada por esses setores acabam por corresponder a nichos de mercado, de disseminação da ideologia

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dominante e de controle e educação da forma de fazer política. Se as peripécias infantis são frequentemente alvos de disciplinamento, no capitalismo contemporâneo esta disciplina serve para enquadrar e naturalizar a forma de ser necessária para a reprodução das relações capitalistas, já refreando as capacidades transgressoras de crianças e adolescentes. Trata-se, portanto, do controle do tempo desse segmento, que por um lado aparece como um tempo-protetivo, de promoção e execução dos direitos sociais, mas por outro reflete a programática cerceadora dos setores dominantes.

No que tange ao controle da participação, crianças e adolescente são supervisionados integralmente, disciplinados em modelos participativos como Fóruns, Conselhos, Conferências, Audiências Públicas como etapas decisórias para uma suposta gestão pública democrática. Esta aproximação ou reconhecimento da inserção de crianças e adolescentes nestes espaços é defendido pelo discurso do chamado *protagonismo infanto juvenil*. Mesmo que saibamos que ainda há um esvaziamento da participação de crianças e de adolescentes nas instâncias citadas, elas são as legitimadas para que se reconheça o *protagonismo*. Setores empresariais e do próprio movimento de defesa da infância vinculados a social-democracia reforçam e reivindicam esses como lugares elementares para a participação política sem se haver com as armadilhas deles e do próprio discurso do protagonismo juvenil.

Como nos orienta Souza (2006), o discurso do *protagonismo juvenil*, enunciado na década de 90 por organismos internacionais, ONG's, intelectuais e órgãos governamentais, indica uma forma de ser da participação política balizada no campo da construção de capacidades de negociação encenadas com outros para interesses pessoais e coletivos com intuito de integrar a juventude da classe trabalhadora na produção de consensos. A forma participativa, amarrada pela nova forma de se atuar/encenar em busca do capital social propiciou práticas por um lado esvaziadas de caráter contestatório e por outro repletas de criação de consensos. Tal análise estende-se para o discurso do protagonismo infanto-juvenil, agora inserindo as crianças e os adolescentes nessa nova forma de fazer política.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Para os limites estipulados para este artigo, o que podemos rabiscar, ainda que haja mais complexidades sobre o tema, refere-se a relação deste espaço primordial de “fazer política” com a forma jurídica, sendo o campo da atuação política a judicialização das lutas populares. A transformação de movimentos e lutas populares em associações e entidades civis *legalizaram a participação popular*. Essa *legalização da luta*, instituída nos marcos das normativas jurídicas, transformada em CNPJ’s tem sua conduta norteadada pela legislação e seus embates realizados não mais nas ruas, mas na arena da institucionalidade.

O movimento em defesa das crianças e dos adolescentes foi capturado por essa mudança – das ruas para os marcos jurídicos – readequando o perfil de seus militantes, agora profissionalizados, e de sua própria defesa e compreensão sobre como e onde travar as reivindicações políticas. Assim, o reconhecimento da criança e dos adolescentes no campo do direito, confirmando a *legalização da infância* no capitalismo contemporâneo e de sua participação correspondeu justamente ao período da chamada “redemocratização” do país e da consolidação do capitalismo no Brasil em sua generalidade e reestruturação produtiva para o ascenso do processo de acumulação.

A ênfase às lutas realizadas dentro dos ditames da legalidade das normas jurídicas dificultaram avanços concretos para além da mudança dos conteúdos jurídicos. É verdade que com a promulgação do ECA houve mudanças, no entanto essas não representaram a fundo a modificação da condição da vida das crianças e dos adolescentes pobres. Esta defesa e consolidação do reconhecimento das crianças e dos adolescentes enquanto sujeitos políticos a partir dos marcos jurídicos, consolidando uma subjetividade jurídica sobre a luta da infância, levou ao apagamento das lutas que extrapolem a legalidade burguesa.

Para a normativa do direito, a infância deve ser protegida e pode exercer sua participação política. Mas isto é reconhecido e tolerado quando esta participação se realiza nos marcos dos controles institucionalizados. Tratamos, a cargo de exemplo, alguns dos vários casos que contribuem com essa elaboração. No final de 2013, no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mesmo ano das Jornadas de Junho, adolescentes e jovens das periferias ousarem em colocar em prática o ensinamento que os levantes ocorridos em junho ensinaram: ocupar as ruas, desta vez para os chamados *Rolezinhos*. Reivindicando locais de cultura e lazer, a juventude organizou-se para realizar encontros massivos em espaços públicos com a finalidade de fazer do local a possibilidade de diversão. Em dezembro de 2013, cerca de 6 mil jovens se reuniram no estacionamento do Shopping Metro Itaquera, periferia da cidade de São Paulo, para ouvir músicas, conversar, paquerar, namorar. Se os bailes funks são historicamente criminalizados, os/as adolescentes e jovens consolidaram uma alternativa de possibilidade de local de sociabilidade que pudesse ofertar menos riscos para suas vidas. Então os encontros ocorreram no período vespertino. Porém a Polícia Militar manteve-se na ofensiva e alegou ter ocorrido um arrastão no shopping, atuando de modo violento para coibir o evento. Mesmo assim, a partir de então, outros Rolezinhos foram organizados em diversas partes da cidade, onde os parques públicos foram alvos centrais para a realização dessa tomada do lugar público pela juventude periférica. A disputa pelo território compõe parte fundamental da luta de classes no território brasileiro. Considerado um dos países do mundo com maior concentração fundiária, a luta pela terra é a base elementar de diversos movimentos populares brasileiro. O espaço geográfico, a territorialidade, seja para ser o antro onde se produz as bases para a vida é também onde se reproduz ela. E, considerando as grandes metrópoles, a própria disposição espacial da cidade revela as suas desigualdades e a oferta da cidade em si como uma mercadoria. Os Rolezinhos, portanto, representaram um levante que inverteu os lugares da cidade-mercadoria e ameaçou a ordem.

Foi assim também com as ocupações das escolas. Em 2015, o Governo do Estado de São Paulo lançou um plano para remanejar milhares de alunos da rede estadual de ensino. Chamado de reorganização pela gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), o projeto seria implementado no ano seguinte e mexeria com a estrutura organizacional de milhares de escolas. Os estudantes realizaram diversas ações para impedir esse projeto: manifestações de rua e ocupações das escolas. O movimento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de ocupação as escolas se estenderam pelo país, com duras críticas ao rumo da educação durante o governo Temer. Mais de mil escolas foram ocupadas, em 22 estados e Distrito Federal. Ao ocuparem, os adolescentes extrapolaram o tolerável ao direito burguês, que se apresenta como proteção, acionam-se, em seu próprio conteúdo jurídico, os elementos plausíveis de contê-la e criminalizá-la.

Ao passo que o Estatuto da Criança e do Adolescente defende o protagonismo infanto-juvenil ele também dispõe de mecanismos à criminalização pela via das medidas socioeducativas (Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 112, 1990) para ser disparado por vias formais quando há o avanço do limite jurídico determinado para esse direito ao protagonismo. Em outras palavras, quando os sujeitos de direitos se manifestam em sujeitos históricos a partir de suas particularidades de classe e disputas políticas, econômicas e sociais, eles extrapolam o trilho da infância-jurídica legalizada. Seja nos Rolezinhos, na ocupação das escolas ou nas próprias jornadas de junho, o protagonismo caracterizou-se por uma ilegalidade, passível à criminalização dos adolescentes atuantes. É emblemático que no caso das Jornadas de Junho o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) emitiu nota^{vii} recomendando o processo de criminalização dos adolescentes por “possível excesso no direito de participação nas manifestações e atos públicos”. (MELO, 2022, p. 195)

Em síntese, a infância produz lutas para além do que a forma jurídica orientou e enquadrou. São as crianças e os adolescentes autorizados a ser e a existir pela sociedade burguesa aquela conformada pela norma. Mas há fissuras nas lutas legalizadas, as quais são criadas e impulsionadas por crianças e adolescentes que conseguem sair do trilho da legalidade, e esta, que exprime ações de luta de classes em sua essência – organizadas ou não – é reconhecida para ser controlada.

Um dos intelectuais que nos auxilia a compreender este aspecto da luta de classes nas relações sociais capitalista é Edelman (2016). Em seu livro *A legalização da classe operária*, o autor realiza um estudo sobre a organização sindical e os rebatimentos que a legalização dos sindicatos apresentou para as lutas dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhadores. A tese elementar de Edelman é embasada na crítica marxista do direito, argumentando que a formalização legal dos sindicatos implicou na entrada da luta de classes no âmbito jurídico, e, portanto, ela estaria nas amarras das regras burguesas. A disputa sindical inserida no “ringue” do direito estabelece os limites e os modos como as reivindicações devem se realizar. No caso do direito trabalhista, por exemplo, a norma determinante de comunicar ao patrão antecipadamente o indicativo de greve, ou mesmo o controle do patronato à criminalização formal das entidades sindicais com implicação a prejuízos financeiros caso a greve se perpetue mesmo após decisões jurídicas para que seja encerrada. Estas e tantos outros aspectos estudados revelam que a legalização da classe operária, ou a legalização dos sindicatos, aparece como algo que oferta a aparente liberdade para que os trabalhadores tenham a possibilidade de exercerem seu papel político sem qualquer tipo de perseguições, mas que essencialmente esse controle ele se realiza agora nos tramites jurídicos, favorecendo inclusive uma naturalização do mesmo. Dito isto, o que podemos apreender pelos estudos de Edelman para tratar sobre a construção da infância enquanto sujeito de direito, nos marcos da sociedade capitalista contemporânea, implica olharmos atentos sobre quais os efeitos dos supostos garantimos legais e se de fato correspondem para a melhoria da vida das crianças e dos adolescentes e para os movimentos populares já que “se a lei (burguês) dá ‘poder’ à classe operária, de que poder exatamente trata”. (EDELMAN, 2016, p. 19)

A luta de classes institucionalizada modifica o cenário do enfrentamento ao capital, retirando-se das ruas e sendo gerida a partir dos interesses da legalidade burguesa. O direito enquanto forma social capitalista insere o conflito capital-trabalho no terreno da institucionalidade burguesa e sofisticada-se o controle da burguesia pelo assujeitamento da luta de classes.

O conteúdo das leis para a melhoria da vida, frutos dos processos de reivindicação dos trabalhadores garantem a possibilidade da reprodução do capitalismo e da reprodução de suas vidas, porém com limites. Assim, as conquistas jurídicas são, por vezes, ao mesmo tempo a possibilidade de melhoria da vida e a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assimilação e aprofundamento das relações capitalistas. Podem, portanto, desviar o conflito, mas não trilhar para o abolir, “a classe operária pode ser “desviada”, precisamente por suas próprias ‘vitórias’, que podem apresentar-se também como processo de integração ao capital” (EDELMAN, 2016, p. 18). A “conquista” do direito é também a conquista do direito burguês.

A igualdade jurídica dos contratos apresenta todos sujeitos como equivalentes, como iguais, e, portanto, como sujeitos de direitos. E este mesmo direito, esvaziado das particularidades de cada sujeitos, ao equivaler todos como iguais- proprietários, ele estabelece padrões sobre as regulações das reproduções sociais capitalistas. Todos possuem o direito a participar politicamente dentro da linearidade do próprio direito. Podemos assim argumentar que o caso do direito da infância, expresso no Brasil pelo ECA, foi fruto de disputas populares absorvidas pela linguagem jurídica.

O direito da infância e de sua participação política não é, portanto, o direito de uso de seu poder enquanto crianças e adolescentes pertencentes a classe trabalhadora, mas sim o direito do poder burguês sobre elas. A sua luta no enfrentamento entre capital e trabalho é colocada no campo do discurso do “protagonismo infanto juvenil”, esvaziando a perspectiva de classes e educando um modo de participar politicamente dentro dos ditames jurídicos. A luta de classes é assim “tolerável” nos marcos dos encontros das Conferências, mas é altamente combatida quando adolescentes descem os morros e fecham as ruas queimando pneus para denunciar as práticas genocidas dos aparatos repressores do Estado. Nesta lógica o que temos é o combate a *infância de fato*, a *luta de classes de fato* para ordenar a defesa do *protagonismo juvenil da infância legalizada*.

3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES E LUTA DE CLASSES: UMA AGENDA A SER INVESTIGADA

Neste ano, completaremos dez anos das jornadas de junho e dos levantes dos Rolezinhos. Duas expressivas manifestações que contaram com a organização e a participação de adolescentes e jovens moradores das periferias e que até então têm

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sido pouco reivindicadas como memórias da luta de classes contemporânea *protagonizadas pelo segmento*. Parece ser coisa de “gente grande”. Mas seu impulsionamento não foi.

E isso ocorre porque, como vimos, a chamada *legalização da infância* capturou o campo a luta de classes em si realizadas pelas crianças e adolescentes para localizá-las e enquadrá-las agora em uma nova forma de se fazer política. O discurso do “protagonismo infanto juvenil” produzido por organismos internacionais e intelectuais de diferentes espaços esvaziaram as lutas, retirando as particularidades de classe e estimulou o assujeitamento pelo direito. É verdade que como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescentes novos delineadores para o segmento foram dispostos de modo que crianças não mais aparecem apenas como objetos do direito, mas são também sujeitos. Porém a relação sujeito-objeto do direito não retira o lugar da forma jurídica, mas a reforça e determina o lugar da infância nas relações capitalistas. Tal modernização das relações jurídicas no que tange a defesa da infância corresponderam as necessidades da reestruturação produtiva do capitalismo brasileiro, que para se generalizar e se aprofundar exigiu uma ampliação nos marcos legais quanto ao reconhecimento de todos como sujeitos direitos, ainda que isto passe a ser uma formalidade.

A aparência da igualdade jurídica contribui para um controle que naturaliza as próprias relações sociais a partir dos marcos jurídicos, disciplinado inclusive aquilo que é considerado o modo desse fazer política. Não à toa que há destaque as ações em torno da institucionalidade/judicialização política, recorrente também no campo da defesa das crianças e dos adolescentes, o qual tendenciona o reconhecimento da participação do segmento nos espaços institucionais. As experiências concretas cotidianas sobre a politização, organização e participação destas nos cenários de enfrentamento entre capital e trabalho ficam escamoteadas.

Assim, nossa tarefa, portanto, é abrir uma agenda de pesquisa e de construção de experiências militantes sobre a organização política de crianças e de adolescentes para além dos espaços institucionais. Vimos, ainda que brevemente na introdução,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que as crianças e os adolescentes compõem os processos das lutas de classes em todos os cantos do globo. Em especial em contextos de crise econômica, de uma notável sociedade “sem futuro”, esse segmento ousa sair às ruas com suas famílias e amigos para reivindicar de modo ousado a possibilidade de redesenhar formas de se viver. Perdemos o atento olhar sobre essas produções e participações ativa, de uma *infância de fato* em detrimento de *infância legalizada*. Mas é no pega-pega do movimento da vida concreta que as nuances dos enfrentamentos ao capitalismo são forjados por todos/as trabalhadores/as, também pelos filhos/as destes/as. Parece-me, minhas/meus caras, que os pequenininhos tenham algo a nos ensinar sobre a derrubada dos grandão.

Nosso grande sonho de Sem Terrinha, é ver a terra repartida e que todas as crianças e suas famílias tenham um lugar para morar, trabalhar e viver. (Manifesto das crianças e dos adolescentes sem terrinha do MST). Maio, 2023.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sidinei. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de doutorado em História– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 set. 2021.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie**. São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2017.

CONTRAFILÉ. **A batalha do vivo: grupo contrafilé, secundaristas de luta e amigos**. São Paulo: Publicado na exposição playgrounds, 2016.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operaria**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MARTINS, André Silva. **Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo.** Niterói. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense. 2007.

MELO, Camila Gibin. **Acumulação do capital, infância e adolescência: um estudo sobre ser criança no capitalismo.** São Paulo. Tese de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2022.

SILVA, Maria Liduína. **Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes.** São Paulo. Editora UNIFESP, 2011.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil.** Sociologia · Tese de Doutorado · Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2006.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ⁱ Em 2021, 1.300 crianças foram encarceradas nas prisões israelitas <https://www.monitordooriente.com/20220407-no-dia-da-crianca-palestina-pelo-menos-160-definham-em-prisoas-israelenses/>

ⁱⁱ Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/58-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-no-ira-desde-o-inicio-de-protestos>.

ⁱⁱⁱ É na adolescência que os possíveis êxitos iniciais conquistados pela intensa programação jesuíta regrediam, já que passavam a vivenciar com os costumes das gerações mais velhas, renegando as aprendidas na catequese (MONTEIRO, 2000, p. 48, citado por MELO, 2022, p. 144)

^{iv} Em *O Escravo nos Anúncios de Jornais no Século XIX*, Freyre (1979) realiza a compilação de 10 mil anúncios retirados de jornais [...]. Os anúncios sobre fugas dispostos no livro são inúmeros, dos quais muitos competem a escravizados com idades de 8 a 21 anos. (MELO, 2022, P.149)

^v A fábrica, cujo proprietário era o italiano Rodolfo Crespi, em 1912 empregava 1.305 operários, sendo 947 italianos. Destes, somente 234 eram homens; 223 eram mulheres maiores de 22 anos, 225 menores de 22 anos, e 243 eram crianças. Toledo (2017, p. 502)

^{vi} A história de Algemiro, um dos meninos explorados que foi entrevistado, narrada na brilhante pesquisa de Aguilar, e apresentada em produção cinematográfica, no documentário *Menino 23* [...]O êxito da fuga de Algemiro representa as tentativas das outras crianças de também saírem do controle dos Rocha Miranda (AGUILAR, 2011, p. 183)

^{vii} Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/novembro/nota-publica-sobre-a-participacao-de-criancas-e-adolescentes-em-manifestacoes-publicas-no-brasil>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

